

OS DIREITOS SOCIAIS E SUA CONCEPÇÃO COMO CLÁUSULAS PÉTREAS

MARCOS FELIPE HOLMES AUTRAN

*Advogado da União, Pós-Graduado em Direito Processual Civil
pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em Direito do Trabalho pela Esmatra VI*

Nossa Carta Política, fruto da vontade do Poder Constituinte Originário, estabeleceu limites ao poder de reforma constitucional, dentre os quais se destacam os limites materiais, núcleo pétreo, isento do poder de reforma constitucional do Poder Constituinte Derivado tendente a aboli-los.

A existência desses limites materiais exerce uma função de cunho protetivo, justificando-se em face da necessidade de preservar decisões fundamentais do constituinte originário, evitando reformas amplas e ilimitadas que possam resultar na destruição da ordem jurídica constitucional ou na descaracterização dos seus elementos essenciais.

Em outras palavras, esse núcleo pétreo visa, justamente, assegurar a identidade do Estado Democrático de Direito e a prevalência dos princípios que fundamentam o regime democrático, especialmente o princípio da dignidade da pessoa humana.

Inobstante os direitos sociais não constarem expressamente no rol dos limites materiais, a hermenêutica constitucional adequada demonstra que

tais direitos também estão abrangidos por essa cláusula pétrea. Vejamos:

1) A Constituição brasileira reflete uma resposta a um momento político-social anterior marcado pelo autoritarismo, pelo regime militar, de um Estado que não privilegiava os direitos e garantias individuais. O momento político-social necessitava de uma maior garantia, uma maior proeminência dos direitos fundamentais de primeira geração, como resposta às atrocidades e abusos cometidos pelos atos institucionais dos governos militares.

Assim, num primeiro momento surgiram os direitos fundamentais de primeira geração (direitos civis e políticos), que compreendem as liberdades clássicas, **negativas**, realçando o princípio da liberdade individual, exigindo-se do Estado um dever de abstenção de qualquer conduta que viole tais direitos.

2) Todavia, posteriormente esses direitos passaram a ser insuficientes, emergindo a necessidade de se garantir direitos sociais, acentuando-se, nesse momento, o princípio da igualdade. Os direitos sociais representam valores

basilares de um Estado Social e Democrático de Direito. Compõem uma segunda dimensão histórica dos direitos fundamentais, refletindo uma projeção indissociável da dignidade humana, constituindo direitos que exigem uma intervenção positiva no Estado, objetivando assegurar a igualdade material dos indivíduos em face do acesso aos bens da vida, igualmente essenciais, de natureza social, econômica e cultural.

3) Posteriormente surgem os direitos fundamentais de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva, atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagrando o princípio constitucional da solidariedade, constituindo um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados como valores sociais fundamentais indisponíveis.

4) A cláusula de previsão dos direitos e garantias fundamentais é aberta, o que significa dizer que tais direitos não se exaurem naqueles expressos, haja vista as crescentes e imprevisíveis demandas política, social, jurídica, cultural e econômica emergentes de uma sociedade pluralista. A concepção contemporânea dos direitos humanos fundamentais conjuga a liberdade, a igualdade e a fraternidade, de forma que esses direitos são concebidos como uma unidade interdependente e indivisível. Ou seja,

uma geração de direitos não sucede a outra; há, pois, uma verdadeira integração dos direitos já consagrados com os concebidos recentemente. Sendo os direitos fundamentais integrativos, é impossível se conceber um direito fundamental individual sem se conceber um direito social que lhe dê pleno alcance, e hoje, em específico, um direito fundamental difuso correlato.

5) Os direitos fundamentais significam direitos para a sobrevivência do ser humano em sociedade, para a sobrevivência do Estado Democrático de Direito, consagrado expressamente em nossa Constituição Federal, logo no seu art. 1º, sem dúvida o mais importante princípio do nosso ordenamento jurídico (princípio constitucional positivo, positivado/expresso).

6) Ainda, corroborando com essa interpretação extensiva e sistêmica dos direitos sociais como cláusulas pétreas, importa reconhecer a existência de direitos fundamentais individuais, que são, em verdade, de cunho social, como, por exemplo, a previsão do art. 5º constitucional, que prevê o Mandado de Segurança Coletivo, assim como a previsão do direito de livre associação, etc.

7) Por fim, temos o preâmbulo constitucional, que embora careça de força jurídica, representa um importante instrumento de auxílio à

interpretação constitucional. De acordo com o preâmbulo,

[...] Para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...] como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...].

CONCLUSÃO

Necessário reconhecer-se limites materiais implícitos e normas de conteúdo pétreo. Aos limites materiais implícitos pode ou deve ser atribuída a mesma força jurídica dos limites materiais explícitos.

A Constituição Federal, segundo a doutrina constitucional mais moderna,

deve ser interpretada de forma sistemática e teleológica, de forma a conferir unidade à interpretação constitucional para que não haja contradições, antinomias e antagonismos entre as normas.

As normas constitucionais não podem conflitar entre si, devendo o operador do direito buscar no princípio da concordância prática a interpretação mais correta, no sentido de que os direitos sociais, entre os quais se incluem os direitos dos trabalhadores, da mesma forma que os direitos individuais, estejam protegidos contra interferências do Poder Constituinte Derivado tendentes a abolí-los, na condição de limites materiais, sejam eles implícitos ou explícitos.